



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

**CONFIGURAÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E EXERCÍCIO
PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**

Michele Ribeiro de Oliveira¹

Renata Lígia Rufino Neves de Souza²

Roberta Menezes Sousa³

Sabrina Pereira de Souza⁴

Walex Breno Pereira de Lima⁵

Resumo: O presente trabalho é fruto de um projeto de pesquisa que analisa o mercado de trabalho do Serviço Social na região de Iguatu/CE, tendo em vista as transformações societárias contemporâneas e a configuração das políticas públicas no Brasil, o que repercute sobremaneira no exercício profissional.

Palavras-chave: Serviço Social; Políticas Sociais; Estado; Relações de Trabalho; Transformações Societárias.

Abstract The present work is the result of a research project that aims to analyze the labor market of the Social Service in the region of Iguatu/CE, in view of contemporary societal transformations and the configuration of public policies in Brazil, which has an impact on professional practice.

Keywords: Social service; Social politics; State; Work relationships; Corporate Transformations.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o resultado parcial da pesquisa intitulada desenvolvida com recursos do PIBIC/IFCE, “Mercado de Trabalho do Serviço Social na região de Iguatu-CE”. Esta pesquisa visa fomentar as discussões e estudo acerca do mercado de trabalho profissional do Serviço Social na região de Iguatu, estado do Ceará, ao analisar as condições de inserção e exercício profissional dos Assistentes Sociais nos mais diversos campos de atuação profissional na região, frente ao quadro atual de reconfigurações colocadas às políticas sociais brasileiras.

¹ Professor com formação em Serviço Social, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, E-mail: micheleribeiro.mr@hotmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, E-mail: micheleribeiro.mr@hotmail.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, E-mail: micheleribeiro.mr@hotmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, E-mail: micheleribeiro.mr@hotmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu, E-mail: micheleribeiro.mr@hotmail.com.

O interesse do estudo decorre da experiência de trabalho profissional realizado nessa região, permitindo observar a condição de inserção trabalhista, demandas e requisições profissionais decorrentes da municipalização e implementação de distintas políticas sociais. Ainda, no exercício docente, nos deparamos com relatos e questionamento por parte de estudantes e de Assistentes Sociais supervisores de Estágio Curricular Obrigatório sobre as condições de trabalho profissional nos distintos municípios da região de Iguatu.

A temática sobre as alterações no mercado de trabalho, políticas sociais e condições de trabalho do Serviço Social, ocupa cada vez mais espaço no meio acadêmico, e também, nos espaços de discussões e representatividade da categoria profissional, frente às transformações contemporâneas, as quais refletem nas relações de trabalho, na redefinição da intervenção do Estado em investimentos na área social, com implicações nas políticas sociais.

No contexto de aumento do desemprego ou precarização das relações de trabalho, acentua as disparidades sociais, que a partir da lógica de flexibilização da produção, os padrões de exploração revelam-se mais intensos, incidindo fortemente sobre as condições de trabalho e requisições profissionais. Também, como trabalhador (a) assalariado (a), o (a) Assistente Social está submetido às formas precarizadas de trabalho, refletindo na forma de inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa, em andamento, vem nos permitindo conhecer a realidade do mercado de trabalho da microrregião de Iguatu, especialmente no tocante as repercussões no exercício profissional frente às atuais tendências das políticas sociais na atualidade.

Diante dos retrocessos de direitos trabalhistas e sociais na atualidade, conseqüentemente sobre as políticas sociais, se faz necessário debater sobre a temática em tela, visto que nos permitirá uma análise reflexiva acerca das questões colocadas para o mercado de trabalho, em particular do Serviço Social, entendendo sempre a profissão no quadro de relações sociais de classe.

Começaremos este estudo apresentando acerca das expressões ideopolíticas e econômicas resultantes da reestruturação produtiva por meio dos avanços tecnológicos, principalmente no que se refere aos modos de produzir, que permeiam o mercado de trabalho, conseqüentemente o mercado de trabalho do Serviço Social. Trazendo de forma fundamentada os impactos que esta reestruturação cunhada na flexibilização e na retração/destruição de direitos sociais mínimos infere no Serviço Social. Tal cenário deve ser entendido a partir dos processos de reestruturação do capital decorrentes da década de 1970, incrementado com mais intensidade no Brasil por meio do ideal neoliberal na década de 1990. Em seguida, apresentamos uma breve explanação qualitativa das entrevistas e observações relativas aos profissionais da região de Iguatu-CE já entrevistados pela

pesquisa em tela. Por fim, apontamos as reflexões sobre os desafios impostos para o exercício profissional do Assistente Social na conjuntura atual.

É válido ressaltar que este estudo não pretende suprir o debate acerca do mercado de trabalho e exercício profissional do Serviço Social, porém é justificado afirmar que este objetiva consolidar a discussão a respeito da temática, fortalecendo a importância de manter espaços de pesquisas, reflexões e produção do conhecimento, além de ações de incentivo, inovação e iniciação à pesquisa.

2.1 As transformações no mundo do trabalho: impactos no mercado de trabalho profissional para os (as) Assistentes Sociais

O presente estudo integra a pesquisa que vem sendo realizada desde agosto de 2018, com Assistentes Sociais que atuam nas distintas políticas sociais na região de Iguatu-CE, cujo intuito é analisar o mercado de trabalho para esses profissionais na região. Cabe destacarmos que essa comunicação traz algumas reflexões e achados iniciais, uma vez que ainda encontra-se em vigência o projeto de pesquisa. Como instrumentos de pesquisa foram utilizados a observação assistemática e a pesquisa bibliográfica. Esta orientou a elaboração de um roteiro de entrevista, que se configurou como instrumento para obtenção dos dados primários.

O universo da pesquisa é composto por municípios da microrregião de Iguatu em que se realiza a atividade de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social do IFCE – campus Iguatu, que atualmente ocorre em Iguatu, Acopiara, Quixelô, Jucás, Cedro e Cariús. No presente estudo a opção por uma abordagem qualitativa é justificada, por permitir o aprofundamento das ações, dos valores e relações sociais que não podem ser mensuradas em dados quantitativos, pois a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, contemplando os fenômenos humanos como parte da realidade social.

O quantitativo de profissionais nesses municípios corresponde a 106 Assistentes Sociais, sendo assim distribuídos: 51 no município de Iguatu, 20 em Acopiara, 5 em Quixelô, 10 em Jucás, 12 no Cedro e 5 em Cariús. Desse total, 64% possuem vínculo de trabalho estável, mediante concurso público, e 36% são contratados. O que importa ressaltar é que há diferenças entre os municípios no percentual de profissionais contratados e concursados, conforme os dados obtidos têm-se: Iguatu – 37 Assistentes Sociais concursados e 13 contratados e 1 CLT; Acopiara – 9 concursados e 11 contratados; Jucás – 6 concursados e 4 contratados; Cariús – 4 efetivas e 1 contratada; Cedro – 9 efetivas e 3 contratadas, e apenas em Quixelô todas as 5 profissionais são concursadas.

Notadamente, evidencia um traço histórico da profissão que é o Estado como maior empregador da força de trabalho do Assistente Social, com um total de 105 Assistentes Sociais no âmbito estatal e 1 em Organização Não Governamental. Todavia, a esfera municipal é que mais absorve a força de trabalho do Assistente Social, com um total de 89 Assistentes Sociais, enquanto na esfera federal tem 7 profissionais, sendo quatro no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE e três no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS) e 6 no âmbito estadual (área de saúde). Quanto às políticas setoriais que se inserem os profissionais têm-se os seguintes dados: 65 profissionais na Assistência Social; 29 na Saúde; 1 na Habitação; 8 na Educação; 3 na Previdência Social.

Em todos os municípios os (as) Assistentes Sociais trabalham 30 horas semanais. Em relação à média dos salários dos profissionais de Serviço Social, há uma variação entre os municípios, que na média geral, oscila de R\$ 1.452, 00 a R\$ 2.646,00. Ainda os salários mais elevados são das profissionais que estão na esfera federal, com média superior a R\$ 4.000,00. Vale ressaltar que, no âmbito municipal, a maior remuneração dos (as) Assistentes Sociais é no município de Iguatu, inclusive por possuir maior número de profissionais concursados e ter instituído o Plano de Cargo, Carreira e Salários – PCCS.

Nesse estudo, compreendemos que a ampliação do mercado de trabalho profissional para Assistentes Sociais relaciona-se com as mudanças políticas, econômicas e ideopolíticas operadas pelo Estado brasileiro a partir das primeiras décadas deste século, com destaque no período dos governos dos Partidos dos Trabalhadores (PT). Foi na denominada fase neodesenvolvimentista, ou da ideologia do novo desenvolvimentismo⁶, que se concebeu o papel atuante e ativo do Estado nas falhas do mercado e nas desigualdades sociais, mediante um conjunto de estratégias e ações elaboradas que visavam à junção do crescimento econômico com a justiça social. Isso impulsionou todas as ações e programas sociais e educacionais nos municípios da região de Iguatu.

Numa região que apresenta tal quadro socioeconômico, atravessado por pobreza e desigualdade, a interiorização do mercado de trabalho profissional foi importante, uma vez que os programas e serviços sociais atendem, mesmo que parcialmente, demandas históricas da população. Esse processo, que teve papel atuante do Estado, representou um

⁶ Gonçalves (2012) conceitua o nacional-desenvolvimentismo como o projeto de desenvolvimento econômico pautado no trinômio industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo. Apresentado como uma versão do nacionalismo econômico. Para o referido autor, na América Latina, o nacional-desenvolvimentismo é a ideologia do desenvolvimento econômico centrado na industrialização e na soberania das nações, especialmente no período de 1930-1980 e pautado na mudança da política econômica, preconizado por um redirecionamento da ação do Estado, mediante incentivo à industrialização, valorização do mercado interno e da indústria nacional. No cenário brasileiro, o nacional-desenvolvimentismo exerceu influência ideológica na agenda política do Estado. Conforme Bielschowsky (2000) é suscitado a partir da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas, configurando uma ideologia de transformação da sociedade brasileira defendida pelo projeto econômico de industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro, mediante planejamento da expansão dos setores econômicos, com ênfase na intervenção e direção do Estado, captando e orientando recursos financeiros e, ainda, promovendo investimentos diretos em setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

avanço no que se refere ao desenvolvimento dessa região. Do ponto de vista da ampliação das políticas sociais, a implantação de programas, equipamentos e serviços sociais foi importante para a região, uma vez que atendeu a demandas da população, ainda que, contraditoriamente, seja caracterizada pela forma precarizada de funcionamento dos serviços e pela focalização no atendimento.

Apesar de a descentralização das políticas sociais serem previstas na Constituição Federal de 1988, apenas nas primeiras décadas deste século que há ampliação da municipalização de políticas sociais, criação de equipamentos e serviços sociais, sobretudo no âmbito da Política de Assistência Social, com a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Cabe destacarmos que, diante da expansão da Política da Assistência Social e do crescimento de trabalhadores/as no âmbito do SUAS, em 2016, foi criado o Fórum Municipal de Trabalhadores/as do Sistema Único de Assistência Social (FMTSUAS/Iguatu-CE), constituindo-se como espaço político de organização dos trabalhadores/as da Política Municipal de Assistência Social.

A pesquisa encontra-se na fase da realização das entrevistas. Já foram realizadas 20 entrevistas, restando algumas para a conclusão do percentual proposto inicialmente de 25% de profissionais da região. Nesse processo temos enfrentado algumas dificuldades, relacionadas à falta de recursos para realizar as entrevistas nos municípios mais distantes de Iguatu, como também insegurança por parte de alguns (as) profissionais que, em virtude dos vínculos empregatícios frágeis, recusam em participar da entrevista, apesar de serem esclarecidos os objetivos da pesquisa e ter respeitado e garantido todos os pressupostos éticos, conforme a Resolução 510/16.

Algumas questões, mesmo que de forma preliminar, sinalizadas nas falas dos (as) entrevistadas revelam que nas primeiras décadas deste século, ocorreu uma ampliação do mercado de trabalho profissional na região e que desde 2014 não vem sendo realizado concurso público na região para Assistentes Sociais, sendo o último realizado na cidade de Iguatu. Foi revelado que, como algumas profissionais concursadas passaram em outros concursos em outros Estados/outras regiões do Estado, as vagas que foram surgindo são ocupadas por Assistentes Sociais contratadas e sem processo de seleção, tendo a indicação política a principal forma de ingresso. Exceto para programas cuja legislação exige seleção, como é o caso do Programa Bolsa Família. A indicação dos gestores e políticos locais expressa uma aproximação política dos sujeitos profissionais com as gestões municipais, que vêm tensionando a prática profissional tanto na interferência no desenvolvimento de trabalho como no posicionamento dos (as) Assistentes Sociais frente às exigências institucionais e ao que propunha o projeto profissional, ou seja, isso pode inflexionar ou restringir o trabalho profissional.

Outro aspecto é que nem sempre todas as vagas são preenchidas, implicando na acumulação de atividades e até funções por um único profissional em alguns equipamentos sociais. Essa condição de ingresso nas instituições tem levado ao rebaixamento dos salários, precarização das relações de trabalho, como também contribuído para um aumento da relativa autonomia profissional, seja na execução das atividades, como no direcionamento das ações a serem realizadas pelos profissionais. Do ponto de vista das relações e condições de trabalho, esse mercado se alinhou com o que é tendência nos espaços ocupacionais, principalmente por meio de vínculos empregatícios fragilizados, com a ausência de direitos trabalhistas e polivalência, ou seja, concentração de atividades por um profissional.

A partir dos contatos iniciais com os sujeitos da pesquisa, percebe-se que a atual conjuntura tem contribuído para o agravamento das condições de vida e de trabalho da população usuária dos (as) políticas sociais que atuam os (as) Assistentes Sociais, ao mesmo tempo em que há os cortes nos investimentos das políticas sociais. Tal cenário tem contribuído para que as demandas postas aos profissionais sejam cada vez mais complexas e na impossibilidade de respostas institucionais as questões apresentadas. Assim, o (a) profissional tem sido requisitado a desenvolver atribuições mais burocráticas, como forma de administrar os escassos recursos institucionais.

Ainda presencia-se o aumento do processo de judicialização das demandas complexas que o Estado não foi capaz de dar respostas, de assegurar os direitos sociais previstos constitucionalmente. Para isso, alguns profissionais vêm orientando os usuários para acionar o Ministério Público, como mecanismo para ter acesso ao serviço ou atendimento especializado, com destaque às demandas da política da saúde (atendimento fora do domicílio, órtese, prótese e medicamentos de alto custo).

A partir do estágio curricular obrigatório, já se percebe o reflexo dessa mudança de cenário do mercado de trabalho profissional para os (as) Assistentes Sociais e as repercussões no exercício profissional na região de Iguatu, a saber: crescente processo de precarização das condições de trabalho; aumento das demandas postas aos profissionais; diminuição da autonomia profissional; demandas que não condizem com as atribuições privativas do (a) Assistente Social. Esses elementos são evidenciados a partir da pesquisa, bem como através dos encontros realizados com os profissionais supervisores de campo do estágio curricular obrigatório, sendo notória a dificuldade para realização do acompanhamento na supervisão de campo. Diante desse cenário, o profissional se vê frustrados com as condições de trabalho apresentadas e não se sentem confortáveis em socializá-las com os (as) estudantes estagiários (as).

Os “achados” preliminares da pesquisa para serem mais compreendidos precisam ser analisados a partir das transformações ocorridas na sociedade capitalista e suas

particularidades no Brasil. Isto é indispensável, pois o Serviço Social é uma profissão que deve ser entendida no quadro das relações sociais entre as classes sociais e destas com o Estado. Isso permite apreender que a profissão se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve, ou seja, as transformações societárias, as reconfigurações do Estado, decorrente do padrão de acumulação capitalista. Estas incidem nas políticas sociais e nas relações e condições de trabalho, conseqüentemente, com repercussões no Serviço Social, sejam no processo de formação ou no exercício profissional.

De modo contundente, as transformações societárias atreladas à crise estrutural do capitalismo, experimentadas nas últimas décadas do século XX, expressam a estratégia de reestabelecer a taxa de lucratividade do capital, que decresce no período de crise e estagnação econômica. Para tanto, exige-se readaptações e reestruturações para recomposição e novas formas de acumulação. Nesse sentido, destacamos as profundas mudanças operadas no Estado, sob a influência neoliberal, e nas relações de trabalho, com a lógica da reestruturação produtiva, impactando nas formas de consumo e organização da força de trabalho na contemporaneidade.

Netto (1996) afirma que o “projeto restaurador” do tardo-capitalismo foi resumido na “flexibilização” (relações de trabalho, produção); “desregulamentação” (relações comerciais e circuitos financeiros); “privatização” (sistema estatal). Esse tripé provocou uma verdadeira desregulamentação do Estado, pois transferiu bens e serviços estatais para o setor privado, assim como a “desregulamentação” liquidou os limites alfandegários trazendo conseqüências negativas aos Estados em desenvolvimento, bem como uma intensa especulação no que concernem as economias nacionais.

No cenário de novas formas de consumo do trabalho, se favorece a submissão ou aceitação de situação de precarização, terceirização, subcontratação, trabalho em tempo parcial, enfim, precárias condições de vida e trabalho. Isso concorre para a intensificação da força de trabalho e rebaixamento salarial. Assim, a terceirização, subcontratação, trabalho precário, apresentam-se como opção viável ao capital, ao mesmo tempo, torna-se destrutiva para o trabalho. Refletindo, portanto, na redução, em muitos casos, a eliminação de direitos sociais dos (as) trabalhadores (as) formais e terceirizados, rebaixamento salarial, insegurança e instabilidade no trabalho.

Esse contexto rebate decisivamente na profissão, em dois aspectos fundamentais: de um lado, o aumento do contingente da população usuária dos serviços e programas sociais, no momento de redução dos investimentos das políticas sociais, com tendência a focalização e seletividade; e por outro, nas relações e condições de trabalho dos (as) Assistentes Sociais, pois como os demais trabalhadores (as) assalariados (as), estão submetidos (as) as formas precarizadas de trabalho.

Desse modo, na atual lógica de acumulação capitalista em face do aumento do desemprego ou precarização das relações de trabalho, acentua as disparidades sociais, om retrocesso da intervenção do Estado no investimento de políticas sociais e na efetivação de direitos sociais. Presencia-se, portanto, a intensificação e complexificação das expressões da “questão social”⁷ na sociedade contemporânea, com inflexões da intervenção do Estado.

No trato das expressões da “questão social” sabe-se que, inicialmente, foi tratada a partir de um aparato repressor e que ganhou uma dimensão política a partir das lutas históricas dos (as) trabalhadores (as). De acordo com as análises de Netto (1996), na contemporaneidade há uma tendência à substituição do “Estado de bem-estar social pelo Estado penal”. Isso se expressa pela crescente militarização da vida social e a perseguição as “classes perigosas”. Assim, além do aparato repressor e segmentação das “classes perigosas”, lhe é conferido uma assistencialização baseada em programas emergenciais, em sua grande maioria, focados na concessão de uma renda mínima. Notadamente, o trato conferido às expressões da “questão social” sob a lógica neoliberal revela as tendência das políticas sociais: de um lado, a precarização das políticas ofertadas pelo Estado, associadas à focalização, seletividade; e de outro lado, a privatização via privatização de políticas e serviços sociais.

As políticas sociais, além da dimensão econômico-política, são constituídas por conjuntos de procedimentos técnico-operativos, requerendo à necessidade que atuem nos planos de formulação e implementação. Nessa perspectiva, entende-se que as dinâmicas das políticas sociais produzem refletem no exercício profissional. A despeito dessa característica, Guerra (2007) afirma que as dinâmicas das políticas sociais refletem no exercício profissional através dos movimentos, sendo: não permite aos profissionais analisarem as políticas sociais como totalidade, síntese de articulação de determinações econômica, cultural, social, política, mas de modo fragmentado, refratário, microscópico; e implica na adoção de procedimentos instrumentais, de resolução pontual e imediata.

Entender as configurações da constituição das políticas sociais no cenário brasileiro é imprescindível, pois estas se inscrevem numa lógica meritocracia, com fortes traços personalistas e clientelistas, assumidos nos privilégios no acesso aos benefícios. Atrelado a essas características, tem-se a herança do autoritarismo que marca as relações sociais no país. Ainda, o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras vem se caracterizando pela subordinação das políticas econômicas, ao mesmo tempo, com pouca efetividade das políticas sociais, que frequentemente são descontinua e fragmentada. Nos últimos decênios,

⁷ Entendida como o embate político entre capital e trabalho, que é indissociável do processo de acumulação da sociedade capitalista e dos efeitos que produz sobre o conjunto da classe trabalhadora, na disputa pela riqueza produzida socialmente e apropriada de forma desigual. Destacamos que atualmente, acentua-se o paradoxo: quanto mais se produz riqueza, mais se gera a pobreza. Assim, a “questão social” é entendida como expressão das disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizada por relações de gênero, características étnico-raciais e formação regional, remetendo as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal (IAMAMOTO, 2004).

as políticas sociais brasileiras imprimem o conservadorismo e revelam uma direção compensatória, focalista, seletiva, centrada em situações limites, direcionada a extrema pobreza, com enfoque nos programas de transferências de renda, cuja característica é minimizar as situações sociais já instaladas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões levantadas, nesse estudo, que visam compreender o Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, suas demandas e mercado de trabalho em contexto de crise e reestruturação do Estado e do capital. Permite-nos apreender, que as transformações societárias, em curso desde 1970, tem uma característica peculiar que se trata da sua incidência em todos os aspectos da sociabilidade humana, com rebatimentos severos no mundo do trabalho. Sendo o Assistente Social um assalariado, que se coloca na condição de disponibilização da sua força de trabalho à venda, nas condições de compra e venda estabelecida pelo capitalismo, Guerra (1997). Está submetido à regulação do mundo do trabalho e suas imbricações.

Partido do pressuposto, que as transformações ocorridas no Estado capitalista, oriundas da reestruturação do capital, têm agudizado as condições de vida dos “que vivem da venda da sua força de trabalho”, assim como dos “assalariados”. Compreendemos, que o Assistente Social, embora se coloque na condição de trabalhador liberal, historicamente vende a sua força de trabalho para o Estado, ONG’s, empresas e etc. Assim, se evidencia as condições de trabalho e das relações que estão postas no contexto atual.

Porém, as transformações engendradas no país capitalista periférico e dependente afetam os Assistentes Sociais não apenas enquanto “assalariados”, mas o conjunto da classe trabalhadora. Podemos afirmar que o Assistente Social é atingido duplamente, tanto como “assalariado”, como enquanto profissional que tem as expressões da “questão social” como objeto de sua ação profissional (Iamamoto, 2004). Portanto, uma vez agudizado as condições de sobrevivência “dos que vivem do trabalho” e modificado a estrutura de enfiamento, Estatal, a partir das políticas sociais, são colocadas “novas” condições objetivas e subjetivas, por que não, para a intervenção profissional e sucessivamente condicionalidades as respostas dadas pelos profissionais no exercício das suas atribuições.

Mediado pelo pela lógica de mercado, a ação e demandas postas para profissão sofrem um reordenamento pelas alterações ocorridas no campo dos serviços sociais (Guerra, 2007). Ocorre a incorporação da lógica do mercado, alterando não só as condições, mas também as relações que estão sujeitas a subcontratações, a produtividade, terceirização, a consultoria, contratação por hora, por licitação, por projeto e etc. Esses

fatores incidem diretamente na qualidade das demandas (Guerra, 2007) e das respostas dadas pelos profissionais. Quanto às demandas são encaminhadas por segmentos diversos (usuários, classe dominante, instituições, profissionais), com interesses conflitantes e exige do profissional uma mediação, que ultrapassa as competências profissionais e lhe exigindo novas atribuições e conhecimentos.

Conceber o campo de trabalho do Assistente Social, na contemporaneidade, é constatar algumas evidências como: os profissionais atuam majoritariamente no espaço estatal, com destaque no campo da Seguridade Social, mormente a Assistência Social; tendência à atuação no âmbito municipal, com redução de postos de trabalho na esfera estatal federal e estadual; maior inserção na política setorial da Assistência Social, como desdobramento da expansão da Assistência Social, sobretudo durante os governos do PT.

As observações, leituras e as entrevistas realizadas têm nos levado a compreender, que as atuais condições e condicionantes que se colocam para o exercício da prática profissional: desemprego, subcontratação, precarização das condições e relações de trabalho, pauperização, baixos salários, entre outros. Não afetam apenas na forma como o profissional operacionaliza a sua prática, mas condiciona o profissional às exigências que lhe são postas e à própria lógica do trabalho impossibilita uma compreensão do real. Além do mais, o próprio contexto ideopolítico é propício e fecundo à propagação de valores individualistas, que põe em xeque os pressupostos ético-políticos que fundamentam a prática profissional do (a) Assistente Social.

No que se refere ao processo de formação profissional, pela própria lógica das reformas em curso, vivenciamos um amplo processo de precarização, seja pela desqualificação do ensino, tanto em nível público, como na esfera privada. Esse fator tem repercussões muito expressivas para profissão, uma vez que tem uma forte tendência em transformar a formação em tecnicificação. Essa leitura mínima da realidade, a nosso ver, conduz a um retorno das velhas práticas assistências, voluntaristas, fatalistas e messiânicas. O que nos chama atenção é que do total do contingente de profissionais da região especificada, com 106 Assistentes Sociais, 23% tem formação na modalidade de educação à distância e 77% presencial. Notadamente, os com formação à distância estão inseridos nas políticas sociais do âmbito municipal, do total com formação à distância, aproximadamente, 38% foram aprovados em concurso municipal.

Assim, a atual conjuntura exige que toda categoria profissional esteja “atenta e forte”. Atenta no sentido fazer uma leitura cotidiana do real, para que pautada no projeto profissional crítico que atribui e norteia a prática profissional, ocupar “novos” e “velhos” espaços profissionais, seja qual for à instância, compreendendo o papel frente aos interesses da classe trabalhadora, dos (as) usuários (as) dos serviços Forte, enquanto

categoria profissional, assalariados e vendedores da nossa força de trabalho, ampliado o debate sobre a profissão, nossos direitos e demandas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILLI, Pablo; FROGOTTO, Gaudêncio (orgs). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo. Cortez (Buenos Aires, Argentina) CLACSO, 2001.

BERIHG, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo. Cortez. 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 112. São Paulo: Cortez, 2012. p. 637 a 671.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 6. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n 62. São Paulo. Cortez. 2000. p. 05 a 34.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**, n. 3. 2ª ed Brasília. UnB/ABEPSS: 2004. p. 09-32.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo. Cortez. 2001

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 50. Ano XVII. São Paulo. Cortez. 1996.